



INTERFACE  
ISSN 2448-2064



## **A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA GEOGRAFIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS BÁSICAS**

### **THE IMPORTANCE OF TEACHING AFRICAN GEOGRAPHY AND AFRO-BRAZILIAN CULTURE IN BASIC SCHOOLS**

Millena Gomes Oliveira  
millenagmsss02@gmail.com

Ana Claudia Ramos Sacramento  
ana.sacramento@uerj.br

#### **Resumo**

Este trabalho analisa a importância do ensino de Geografia da África e da cultura afro-brasileira nas escolas, enfatizando a necessidade de romper com o eurocentrismo e a colonialidade do saber. A pesquisa, de caráter qualitativo, realizou uma investigação a respeito dos aspectos culturais, históricos e sociais, evidenciando como o conhecimento europeu é hierarquizado em detrimento das epistemologias negras, reforçando desigualdades e silenciamentos. Nesse contexto, destaca-se a relevância da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, fruto de décadas de reivindicação do movimento negro desde os anos 1930. O estudo demonstra que a população africana e afrodescendente foi fundamental na construção do Brasil em dimensões econômicas, territoriais e culturais, mas sua contribuição segue invisibilizada pelos currículos e livros didáticos, que perpetuam uma estrutura racista. Assim, reforça-se a urgência de uma educação geográfica antirracista, capaz de valorizar a diversidade cultural e questionar as narrativas eurocentradas.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia, África, Colonialidade e Lei 10.639/2003.

#### **Abstract**

This paper analyzes the importance of teaching African geography and Afro-Brazilian culture in schools, emphasizing the need to break with Eurocentrism and the coloniality of knowledge. The qualitative research investigated cultural, historical, and social aspects, highlighting how European knowledge is hierarchized to the detriment of Black epistemologies, reinforcing inequalities and silencing. In this context, the relevance of Law 10.639/03 stands out, making the teaching of Afro-Brazilian history and culture mandatory, a result of decades of advocacy by the Black movement since the 1930s. The study demonstrates that the African and Afro-descendant population was fundamental to the construction of Brazil in economic, territorial, and cultural dimensions, but their contribution remains invisible in curricula and textbooks, which perpetuate a racist structure. Thus, it reinforces the urgency of an anti-racist geography education, capable of valuing cultural diversity and challenging eurocentric narratives.

**Keywords:** Teaching Geography, Africa, Coloniality, Law 10.639/2003.

## **Introdução**

A Geografia tem se empenhado em revisar e reformular conceitos sobre a importância dos estudos étnico-raciais e africanos. Esse processo considera os povos originários negros, suas estruturas territoriais, dinâmicas socioespaciais e as características do espaço. Dado que a sociedade busca igualdade e justiça em todos os aspectos, desde o social até o político, é essencial trazer essas discussões para a escola com o objetivo de reavaliar as perspectivas sobre as diferentes etnias pelo mundo. Dessa forma, a escola desempenha um papel crucial na promoção de um conhecimento antirracista e multicultural, oferecendo diversas formas de compreender o mundo.

Este trabalho é parte das pesquisas referentes à bolsa de extensão “Oficinas escolares de Geografia: diferentes ações didáticas” - Cetreina-UERJ e dos projetos de Pesquisa: Projetos Temáticos “Propostas e materiais didáticos para professores de Geografia no Estado do Rio de Janeiro” financiado pela Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (2022-2026) e do Projeto Universal (2022-2025) financiado pelo CNPq.

Este assunto é de grande importância uma vez que o conhecimento e a teoria devem sempre ser usados de forma a libertar a mente dos oprimidos e para promoção de um pensamento antirracista. Neste ponto, é relevante pontuar que bell hooks em seu texto “A Teoria como Prática Libertadora” (2013) conta sua história de vida e como viu na teoria uma forma de se salvar, de procurar as respostas para suas perguntas de uma maneira que a libertasse de suas dores e dos estigmas que sociedade a impôs por ser uma mulher negra.

A teoria para bell hooks está para libertar, deixar falar e se expressar, mudar nosso interior e, conseqüentemente, mudar a forma como percebemos o exterior. O falar, isto é, o poder de falar nos liberta tanto quanto o poder de agir. A teoria não deve ser usada para limitar as pessoas, a forma de pensar e agir, como faz a noção eurocêntrica, mas sim exercer um papel de libertar. Hooks também aponta que as palavras também têm o poder de ação, que as discussões representam um ato de insubmissão, um ato revolucionário.

Respondendo a afirmativa de que estávamos perdendo nosso tempo falando, eu disse que via nossas falas como uma ação, que nosso esforço coletivo de discutir questões de gênero e negritude sem censura era uma prática subversiva. (...) Insisti em que precisávamos de novas teorias arraigadas na tentativa de compreender tanto a natureza de nossa situação natural quanto os meios pelos quais podemos nos engajar coletivamente numa resistência capaz de transformar nossa realidade. (hooks, 2013, p, 93)

Portanto, a perspectiva de bell hooks convida a repensar o papel da teoria na vida cotidiana e em nossas lutas por equidade e justiça. Dessa forma, pensar o ensino da geografia da África e da cultura afro-brasileira nas escolas básicas de forma a libertação dos estigmas é essencial, uma vez que busca trazer uma perspectiva e forma de pensar libertadora.

A educação, embora influenciada por determinações estruturais, não se limita a reproduzir as condições impostas pelo sistema, ela também carrega um potencial de autonomia. Sendo assim, a educação atua como meio de libertação, capacitando indivíduos a questionar o mundo em que vivem. (Santos, 2014, p. 3).

A grande importância de descentralizar a perspectiva europeia no ensino de Geografia, e na construção da ciência nos bancos escolares brasileiros está diretamente ligada à necessidade de reconhecer e valorizar os saberes, histórias e contribuições de povos não europeus, especialmente considerando que grande parte dos estudantes brasileiros são crianças negras. Esse movimento é fundamental para promover um ensino mais inclusivo, representativo e alinhado com a realidade social e cultural do Brasil (Santos, 2014, p. 5).

A respeito da estrutura do texto, em seu princípio, são apresentados os temas que serão abordados ao longo da discussão, com ênfase na necessidade de desconstruir a visão eurocêntrica do pensamento geográfico. Além disso, destaca-se a metodologia adotada, que consiste em uma

abordagem qualitativa, voltada para a investigação dos aspectos culturais, históricos e sociais relacionados ao tema.

O subitem "Eurocentrismo e dominação nos bancos escolares" discute como o ensino tradicional reflete predominantemente uma visão europeia da ciência, enquanto o subitem "A importância do tema no ensino de Geografia" ressalta a relevância dessa discussão, considerando que crianças negras, sem referências que representem sua realidade, podem enfrentar um processo de desvalorização de sua identidade.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância de incluir a geografia da África e a cultura afro-brasileira no currículo escolar, de modo a valorizar a história, os saberes e as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa. Por fim, a conclusão reforça a necessidade de colocar as perspectivas afrodescendentes no centro da produção do conhecimento, garantindo um ensino mais plural e alinhado com a diversidade cultural do Brasil.

## **Metodologia**

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se na abordagem qualitativa (Severino, 2007, p. 119), com a consulta a diversos autores de referência na área, possibilitando uma análise aprofundada das especificidades do tema (Severino, 2007, p. 134-135).

A escolha dessa metodologia deve-se à necessidade de uma compreensão crítica e reflexiva dos múltiplos fatores que envolvem o ensino da Geografia da África e da cultura afro-brasileira no ambiente escolar. Nesse contexto, torna-se essencial investigar como o eurocentrismo e a colonialidade do saber moldaram historicamente a estrutura educacional, restringindo a inclusão de perspectivas africanas e afro-brasileiras nos currículos.

Assim, esta pesquisa busca demonstrar a importância de uma abordagem pedagógica que valorize a diversidade cultural e histórica, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa. Através dessa perspectiva, pretende-se analisar de que maneira o pensamento eurocêntrico estruturou os currículos escolares, marginalizando o conhecimento produzido por povos africanos e afrodescendentes.

## **Eurocentrismo e dominação nos bancos escolares**

Para o aprofundamento desta análise do eurocentrismo e a colonialidade, vamos para o século XVI, mais precisamente no momento em que a Coroa Portuguesa chega ao Brasil. A colonialidade incumbe-se de um ponto de vista centrado nas perspectivas europeias de conhecimento, sendo assim, é instaurada uma hierarquia entre conhecimentos brancos e não brancos (Quijano 2007 p, 46).

Sendo assim, a historiografia produzida durante esse período glorificava as conquistas europeias e ignorava contribuições de outras civilizações. A cultura europeia domina as demais culturas dos povos não brancos existentes na região. Com a expansão marítima portuguesa e a colonização da América, o planeta se torna o lugar de uma história mundial única, considerando a Europa como o principal espaço do mundo.

As teorias pós-coloniais demonstraram, no entanto, que qualquer narrativa da modernidade que não leve em conta o impacto da experiência colonial na formação das relações propriamente modernas de poder é não apenas incompleto, mas também ideológico. Pois foi precisamente a partir do colonialismo que se gerou esse tipo de poder disciplinar que, segundo Foucault, caracteriza as sociedades e as instituições modernas. (Castro-Gómez, 2005, p. 90).

Os povos europeus apropriaram-se das formas de conhecimento tomando como se somente suas definições fossem verdadeiramente corretas e devido à colonização, os europeus submeteram o mundo a essa maneira de pensamento. A doutrina europeia assume que somente a sua forma é a verdadeira, assim, desconsiderando outras visões e leituras de conhecimento sobre o mundo.

A colonialidade é a herança do colonialismo que se perpetua até os tempos atuais, trazendo amarras de dominação e opressão. Além disso, este debate traz em sua essência o domínio e violência epistêmica, com a desqualificação do saber de outros povos, considerando somente conhecimentos europeus. Esse processo carrega em si a disposição de enaltecer a superioridade europeia. Dessa forma, ela corrompe a visão de mundo de diferentes povos e culturas que não se enquadram com as dos países dominantes. (Castro-Gómez, 2005, p 86).

A historiografia da África é fortemente impregnada de preconceitos eurocêntricos. Muitos historiadores europeus retratam a África como um continente estático e sem história, ignorando suas ricas culturas, grandes espaços civilizatórios e contribuições para a humanidade. Oliveira evidencia claramente essa percepção:

O imaginário colonial que difunde a ideia da África como um continente atrasado e que a maioria da população vive em tribos precárias, habitando cabanas com paredes de barro ou palha silenciam que: 1- estas sociedades historicamente se caracterizaram como sociedades sustentáveis; 2- optaram por esse modo de vida; 3- são a minoria da população na África, e, em alguns países, ela inexistente; 4- silenciam a história colonial do termo tribo criado para desmerecer as organizações territoriais multiétnicas; 5- maior parte da população deste vasto continente vive em modernas cidades que se globalizam e se fragmentam devido a crescentes desigualdades, muito parecidas com cidades no mundo ocidental. Torna-se necessário (re)inscrever as representações espaciais deste vasto continente. (Oliveira, 2018, p.15).

Para introduzir o debate sobre a importância do Ensino da História/Geografia da África e da Cultura afro-brasileira nas escolas, observamos a influência do expansionismo europeu na cultura, território, economia e outros âmbitos da sociedade brasileira. Nesse momento se faz necessário trazer o debate para um período mais próximo, os anos 2000 e a criação da lei 10.639. Segundo Corrêa e Meireles (2018), o movimento negro no Brasil tem se mobilizado há décadas para promover a inclusão de temas relacionados ao racismo no currículo educacional, o que resultou na criação da lei 10.639/03. Essa lei nasce para que a prorrogação de pensamentos estereotipados sobre as populações afro-brasileiras sejam desmistificadas e sejam tratadas com o reconhecimento que as cabem. A população negra africana foi uma das bases criadoras do Brasil e os livros didáticos perpetuam uma estrutura racista que não dá importância a essa população na formação da sociedade brasileira.

Outro ponto a ser discutido é a representação do continente africano nos livros didáticos de Geografia. Frequentemente, esses livros retratam a África de maneira negativa. Além disso, conforme Renato Emerson dos Santos (2011) aponta em sua obra “A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação”, os autores dos livros costumam focar na relação do continente africano com a Europa, ou, quando não o fazem, limitam-se a descrever a savana africana. Essas representações tendem a perpetuar estereótipos racistas e limitar a compreensão mais ampla e positiva da África.

A respeito do desafio colocado à Geografia no desenvolvimento de um pensamento descolonial encontra-se na obra de Valter do Carmo Cruz (2017), “Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico”, o conceito central trabalhado pelo autor é o desenvolvimento do pensamento descolonial. Esta discussão vem da necessidade de descentralização do pensamento europeu, do poder e da necessidade de novas narrativas sobre os locais dominados pela colonialidade. Essa preocupação vem das consequências

que a visão da colonialidade tem na forma como entendemos e pensamos o espaço, o tempo e a política. A construção da linearidade europeia do tempo reduz a diversidade entre países, regiões ou lugares a uma colocação “na fila histórica”, gerando uma visão colonial do mundo e desconsiderando os diferentes lugares, territórios e culturas. (Cruz, 2017, p 7).

Desse modo, questiona se não devemos imaginar os diferentes lugares, territórios e culturas como tendo suas próprias trajetórias, suas próprias histórias específicas e o potencial para seus próprios, talvez diferentes, futuros. Para construirmos uma narrativa descolonial, é preciso pensar o espaço como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade. (Cruz 2017, p- 7 e 8).

A multiplicidade de visões é propriedade essencial do espaço, sendo assim, para que haja histórias múltiplas, coexistentes, deve existir espaço. Como o dito no texto de Cruz (2017), por meio da seguinte citação de Massey: “(...) o pleno entendimento da espacialidade envolve o reconhecimento de que há mais de uma história se passando no mundo e que essas histórias têm, pelo menos, uma relativa autonomia” (Massey, 2005, p. 15).

### **A importância do tema no ensino de Geografia**

A abordagem de problematização das representações do continente africano nos livros didáticos de Geografia é fundamental para o ensino e para a formação crítica dos alunos. Essa questão não só impacta a forma como os estudantes percebem a África, mas também influencia suas atitudes frente às diversidades. Ao incluir aspectos positivos da história, cultura e contribuições africanas, os alunos são expostos a novas perspectivas, o que desenvolve o seu entendimento do mundo.

O ensino de Geografia tem o potencial de desempenhar um papel crucial na educação antirracista. Uma concepção mais equilibrada do continente africano permite uma melhor compreensão das correlações globais desse continente, incluindo as relações históricas entre a África e outras regiões, como por exemplo, o Brasil. Esse movimento enriquece o entendimento dos alunos sobre processos históricos, econômicos e culturais globais.

Dentre os temas importantes, a serem trabalhados em sala de aula, está a incorporação de temas que contenham a participação da população negra com a formação e organização do espaço geográfico, o destaque aos temas que tratam da organização dos saberes sociais e científicos dessa população, a promoção de uma imagem positiva sobre a população, o debate raça e modernidade, tratar da constituição do povo brasileiro de forma a não exibir somente a diversidade de origens dos povos brancos mas também apresentar pluralidade dos povos negros e indígenas.

A visão de conhecimento acerca de diversos temas geográficos traz consigo uma perspectiva europeia dos temas, isto é, as abordagens são geralmente produzidas sobre uma visão eurocêntrica dos outros continentes tendo em perspectiva somente a visão de mundo baseado nos processos econômicos, políticos, culturais da Europa como exibido no trecho abaixo:

Da visão do mundo contemporâneo como sendo o transbordamento de processos econômicos, políticos, sociais, militares e culturais da Europa – o que aparece com toda força na forma como se ensina sobre os outros continentes, cujos referenciais históricos e espaciais de periodização e regionalização aparecem sempre como resultantes diretos dos processos e interesses eurocentrados, portanto, como se não houvesse protagonismo neles; (Santos, 2011, p 11).

Dessa forma, muitas vezes os temas geográficos são abordados de forma a perpetuar estruturas racistas. Por esse motivo se faz necessária uma análise desses materiais de modo a problematizá-los.

A lei 10.639 põe em evidência a população negra e as relações sociais na educação tendo em vista a formação escolar e humana que não favorece valores racistas (Santos, 2011, p. 5), mas os conteúdos apontados pela lei são limitados não exercem essa função caso não sejam integrados com uma revisão desconstrutiva seguido de uma reconstrução dos conteúdos escolares. É necessária uma desconstrução de narrativas que estruturam interpretações de totalidade-mundo e a construção de um cenário de decolonização do pensamento. (Santos, 2011, p. 14).

Dessa maneira, se faz necessário explorar temas que dialoguem com a decolonialidade e a população negra. Para uma educação mais inclusiva e crítica é indispensável a discussão desse tipo de tema. A decolonialidade busca questionar e desconstruir as narrativas dominantes, promovendo a valorização das perspectivas marginalizadas.

É conveniente analisar o impacto do colonialismo e do racismo na economia dos países africanos e nas comunidades afrodescendentes, como o Brasil, à vista disso, oferecendo uma perspectiva crítica sobre as desigualdades econômicas. Além disso, é interessante fazer uma análise junto aos estudantes de como a população negra é representada na mídia e na cultura popular, e como essas representações influenciam a percepção pública e a autoimagem das comunidades negras, desse modo, ajudando a identificar e combater representações estereotipadas.

Trazendo mais para Geografia se pode trabalhar um tema que destaque sobre território e identidade, abordando sobre como as comunidades negras se relacionam e se espacializam com os territórios incluindo uma análise de espaços culturais, como quilombos, favelas e outras territorialidades de resistência. Ademais também se pode estudar como são representadas as populações negras nos mapas cartográficos, apresentando a presença de estereótipos e a exclusão da grande diversidade desse povo.

A urbanização e como esta afeta as comunidades negras, abordando o deslocamento forçado dessa população, o processo de gentrificação e a dificuldade e limitações que esta parcela da sociedade tem de acesso a serviços básicos e inclusão na vida urbana.

Tendo em vista as questões já apresentadas, é mister exhibir que atualmente ainda que os livros didáticos, por conta da lei 10.639, indiquem a existência de desigualdades raciais, eles ainda possuem limitações acerca dos conteúdos que são tratados sob uma ótica que favorece uma organização preconceituosa. Além dessa limitação, ainda existe a falta de preparação dos professores para produzir uma educação anti-racista, devido à formação que alguns professores receberam de diferentes cursos de Licenciaturas brasileiras que não abordam esse tema na graduação, mesmo sendo obrigatório, assim como materiais pedagógicos falhos e que conduzem aspectos que sustentam a reprodução do racismo, conforme Renato Emerson dos Santos (2011) em seu texto A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação:

(...) a complexidade do processo de aplicação da Lei. Ela encontra um ambiente escolar composto majoritariamente por atores que não foram preparados para construir uma educação anti-racista, bem como materiais pedagógicos inadequados e portadores de aspectos que oferecem sustentação à reprodução do racismo. (Santos, 2011, p. 7).

Para que a lei seja aplicada e seja efetivamente produtora de mudanças, é preciso ter em vista o cotidiano do alunado, as experiências dos indivíduos presentes na sala de aula para que a proposta pedagógica tenha sintonia com as experiências dos estudantes. É preciso a compreensão e análise do livro didático tendo em vista como a imagem da população negra é promovida, quantas vezes pessoas negras aparecem nos livros em relação a outros grupos etnico-raciais, como e porque o

negro aparece, que profissões ele exerce, qual o papel na sociedade (Santos, 2011, p. 16). Dessa forma evidenciando o racismo e o preconceito, a representatividade nos materiais didáticos.

### Considerações Finais

Evidencia-se a importância do protagonismo dos povos vistos como subalternos, tendo em vista que, a análise das experiências dos povos não deve ter bases em conceitos europeus e sim nas narrativas do próprio povo. Muitos estudos pós-coloniais foram feitos através da ideia da descolonização, porém muitos eram constituídos por meio da visão de autores que não levavam em consideração os povos colonizados, dessa forma se constituíram estudos que apresentam a história desses povos, mas sem a visão dos mesmos.

Para de fato promover uma descolonização do conhecimento é fundamental que as perspectivas dos povos afrodescendentes sejam centrais na produção de conhecimento. Isso abrange entender e valorizar as histórias, os saberes e as experiências desses povos, considerando sua capacidade e seu direito de relatar e ensinar sua história e sua realidade.

A inserção desses pontos de vista potencializa o entendimento das dinâmicas históricas e culturais, e também contribuem para a construção de um conhecimento mais representativo. Isto é, a inclusão das perspectivas locais em vez de aplicar teorias e conceitos europeus a contextos específicos nos quais esses não cabem. É necessário adotar metodologias que considerem as visões e práticas locais.

Sendo assim, a utilização da participação de pesquisadores e líderes das comunidades para a compreensão das narrativas dos próprios povos, trazendo empoderamento e fortalecendo sua identidade cultural e intelectual.

Por fim, a identificação do protagonismo dos povos subalternos e incorporar suas perspectivas nas discussões acadêmicas e sociais são uma forma de reverter a marginalização histórica. As universidades e instituições de pesquisa devem trabalhar para incluir e valorizar pesquisadores negros e apoiar estudos que descrevam as questões e desafios enfrentados por essas populações, dessa maneira empoderando os povos subalternos para que possam desenvolver seus próprios projetos. Isso fortalece a relevância de se pensar em criar espaços para o diálogo onde as experiências e as perspectivas das populações excluídas sejam valorizadas.

### Referências

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (Org). **Colonialidade do saber: eurocentrismo** e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005, p.80-88.

CORREIA, Gabriel. Siqueira; MEIRELES, Mariana Martins de. **Eurocentrismo e colonialidade nos livros didáticos de Geografia: narrativas, hierarquias e disputas epistêmicas**. In: TONINI, Ivaine Maria et al. Geografia e livros didáticos para tecer leituras de mundo. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 83-103.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: **Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017, v. 1, p. 15-36

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002 hooks, bell. A teoria com prática libertadora. In: **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n.94 – junho, 2017, p.1-18.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. Por uma geografia nova do ensino de África no Brasil. In: COSTA, , Carmem Lúcia. **Gênero e diversidade na escola: espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero/organização**. Dados eletrônicos. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. Disponível em: Espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Acesso em: 20 ago. 2024.

QUIJANO, Aníbal. O que é essa tal de raça? In: SANTOS, Renato Emerson. dos (Org.) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro no Ensino de Geografia**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

SANTOS, Clézio dos. O ensino de geografia e a cultura africana e afro-brasileira na escola. **Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.3, n.1,p. 1-15, 2014.

SANTOS, Renato Emerson. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, , v. 7, n. 1, p. 04 – 24, 2011. DOI: 10.12957/tamoios.2011.1702. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/1702>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SEVERINO. Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho científico**. São Paulo: Correa, 2007.

Recebido para publicação em janeiro de 2026.

Aprovado para publicação em junho de 2026.